**POLÍTICAS PÚBLICAS DE CAPACITAÇÃO DOCENTE PARA USO DE TECNOLOGIAS EDUCACIONAIS: BRASIL X ESTADOS UNIDOS**

***De Souza Gomes, Maria Fernanda.1; de Matos, Franco.2***

1 Graduando em Gestão de Políticas Públicas pela Universidade de Brasília, e-mail: mfsg.98@gmail.com

2 Orientador pela Universidade de Brasília, e-mail: francodematos@unb.br

**INTRODUÇÃO**

O cenário atual pandêmico (COVID-19) que se encontra o mundo, permitiu-se observar a relevância das novas tecnologias, especialmente, em sistemas educacionais. Dado o contexto de reclusão social, novos meios de ensino se evidenciaram, articulados com recursos digitais promovidos pelas tecnologias de informação e comunicação. Segundo a autora Edméa Santos (2009, p.5663), a educação on-line, definida como “conjunto de ações de ensino-aprendizagem ou atos de currículo mediados por interfaces digitais que potencializam práticas comunicacionais interativas e hipertextuais”, tem sido cada vez mais relevante. Portanto, observa- se o trabalho do docente em mudança conforme a utilização crescente de tecnologias para o ensino. Sendo assim, delimita-se o escopo das políticas públicas elaboradas para promover uma adaptação tecnológica dos professores e educadores nessas novas tecnologias educacionais.

Dessa forma, o governo brasileiro vem confrontando a Era Digital com diversas estratégias desenvolvidas ao longo dos anos. Um importante precursor do desenvolvimento tecnológico educacional trata-se do Programa Nacional de Tecnologia Educacional (ProInfo), criado em 1997 e reestruturado em 2007, quando passou a ter o objetivo de promover o uso das tecnologias de informação e comunicação na área pedagógica. Dessa forma, em 2014 o Plano Nacional de Educação incluiu as tecnologias educacionais na reforma curricular dos cursos de licenciatura pedagógica. Ainda é possível observar que desde 2002 com a resolução CNE/CP 1, de 18 de fevereiro de 2002, que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação, estas vem sendo atualizadas para adaptação das TICs na formação de professores, incluindo seu uso nas competências docentes necessárias.

Realocando o tema, agora, para os Estados Unidos, o governo americano, vem, da mesma forma, lidando com o crescimento do uso das novas tecnologias a partir do final da década de 90, estabelecendo quatro documentos com diferentes abordagens ao longo dos anos (2000, 2004, 2010 e 2016) visando abordar as ações para a integração da tecnologia no âmbito educacional, os documentos consistem no *National Education Technology Plan* (Plano Nacional de Educação Tecnológica, abreviado por NETP). Além disso, observa-se na lei americana a relevância que as tecnologias educacionais vêm conquistando por meio das seguintes legislações: *No Child Left Behind Act; Enhancing Education Through Technology Act; Higher Education Act; Every Student Succeeds Act.* Não obstante, a integração tecnológica nas escolas e faculdades é amplamente incentivada pelo Departamento de Educação dos Estados Unidos (US Department of Education), razão pela criação de um setor específico de tecnologia educacional “Office of Educational Technology“(OET).

Dadas as influências norte-americanas na educação no Brasil, a exemplo do sistema STEM (*Science (*Ciência), *Tecnology* (Tecnologia)*, Engineering* (Engenharia)*, Mathematics* (Matemática)) que teve como início dos debates acerca desse modelo os Estados-Unidos e vem sendo observado recentemente pelo Brasil, decidiu-se aprofundar o estudo constatando os diferentes cenários no âmbito das tecnologias educacionais, buscando se explorar e observar as atitudes empregadas em ambos os países. Sendo assim, observado os esforços dos governos para fazer frente às novas tecnologias, surge a problemática a respeito de quais ações e políticas públicas de capacitação docente, em ambos os cenários, são identificadas e implementadas pelo governo, brasileiro e americano desde 2000, visando o desenvolvimento dos professores em um cenário de crescente uso de novas tecnologias educacionais.

**OBJETIVOS**

Sendo assim, pretende-se como objetivo geral traçar uma linha do tempo a partir dos anos 2000 até o presente momento para observar as políticas públicas federais e estratégias adotadas por ambos os países para a capacitação docente no uso das tecnologias educacionais.

Como objetivos específicos, delimita-se a comparação nas seguintes áreas: ações envolvendo o setor privado; financiamento; áreas de atuação (linhas de priorização); inovação. Da mesma forma, a pesquisa, delimitada na área das ciências sociais, contribuindo para o desenvolvimento do eixo temático 3 em relação às políticas públicas e administração pública.

**MATERIAIS E MÉTODOS**

O presente estudo visa estabelecer um estudo em perspectiva comparada, de maneira exploratória, considerando que o espectro de comparação é restringido e o tema é recente, devendo ser destrinchado para posterior análise. Será utilizado, portanto um método comparativo, analisando os casos concretos por meio de investigação, segundo os autores Lakatos e Marconi (2007, p. 107), de fenômenos ou fato, para possibilitar a dedução de elementos constantes, abstratos ou gerais. Dessa forma, o estudo em perspectiva comparada fornece um entendimento acerca, nesse caso, de duas situações correlatas, possibilitando a compreensão em perspectiva de ambas.

Trata-se de uma pesquisa documental, observando relatórios e documentos oficiais disponibilizados nos sites oficiais de ambos os governos. Nesse sentido, destacam-se os seguintes órgãos: Ministério da Educação; Ministério da Comunicação, Tecnologia e Inovação; *US Department of Education; Office of Educational Technology*. O estudo visa coletar e descrever as políticas públicas aplicadas na capacitação docente em novas tecnologias, em relação ao Brasil e aos Estados Unidos, propiciando, portanto, ao fim, um estudo comparativo dos dois cenários para o conhecimento amplo das situações observadas.

**RESULTADOS E DISCUSSÕES**

Ressalta-se que se explicitam resultados parciais, observado o desenvolvimento da pesquisa.

A pesquisa atual demonstra que, em termos de ações governamentais, os Estado-Unidos vêm enfrentando a questão de forma antecipada em relação ao Brasil. As ações federais, apesar de serem limitadas, visto que nos Estados Unidos, as políticas públicas de educação são predominantemente abordadas à nível estadual, percebe-se que existe um financiamento governamental e recomendações para fazer frente à crescente tecnologia. Leis fundamentais foram observadas ao longo da pesquisa, principalmente as leis *Higher Education Act* e *Every Student Succeeds Act.* A última trata de uma lei de 2015, que emendou a lei anterior vigente que era de 1965, que já trazia consigo uma dimensão tecnológica, prevendo ainda a capacitação docente. No Brasil, ações governamentais para fazer face aos novos avanços também são observadas, tendo como principal o Programa Nacional de Tecnologia Educacional (ProInfo), que reformulado em 2007, trouxe consigo o objetivo de fazer face às novas facetas da tecnologia educacional.

Dessa forma, ambos os países caminham para a priorização de parcerias que possam fornecer dados concretos sobre a capacitação docente em tecnologia nas escolas/instituições, além de parcerias acerca do próprio fornecimento dessas tecnologias educacionais. Além disso, observam-se semelhanças na observância de criação de redes de comunicação entre docentes para compartilhamento de experiências. Ainda, há um foco, por ambos os países, em compartilhamento de tecnologias educacionais entre os educadores e em obtenção de recursos educacionais abertos (públicos – licenciados de maneira aberta).

Em contraponto, diferem na medida em que o governo norte americano busca a capacitação docente observando as peculiaridades das áreas de atuação educacional, sendo um fator importante a ser ressaltado ainda para debate sobre a situação brasileira. Por fim, destaca-se que a mudança das competências docentes tem sido ressaltada amplamente em ambos os cenários, sendo possíveis de serem observadas por documentos oficiais da UNESCO, além do relatório elaborado por órgãos oficiais do governo norte americano denominado *Teacher Educator Technology Competencies*.

**CONSIDERAÇÕES FINAIS**

As categorias definidas durante o estudo, sendo estas, as ações que envolvem o setor privado, o financiamento, as áreas de atuação e a inovação em relação às políticas públicas, consistem em um resultado preliminar de coleta de dados a serem comparados entre os dois países, possibilitando um estudo em perspectiva comparativa acerca das políticas públicas que tratam da capacitação docente, salientando aquelas sobre tecnologias educacionais. Portanto, ao final será possível traçar uma linha do tempo com as referidas ações federais de capacitação docente, além de possibilitar uma comparação de categorias possíveis e essenciais para o tema, observando possíveis estratégias a serem adotadas pelo Brasil na implementação e difusão das tecnologias educacionais.

**REFERÊNCIAS**

CARVALHO, Elma Júlia Gonçalves. **Reflexões sobre a importância dos estudos de educação comparada na atualidade**. Revista HISTEDBR On-Line 13.52 (2013): 416-435.

COUTINHO, Clara, and Eliana Lisbôa. **Sociedade da informação, do conhecimento e da aprendizagem:** desafios para educação no século XXI. Revista de Educação 18.1 (2011): 5-22.

DA SILVA, Sani de Carvalho Rutz, and Albino Szesz Junior. **Internet das Coisas na Educação**: Uma Visão Geral. Revista ENCITEC 8.2 (2018): 57-69.

DE AZEVEDO, Adriana Barroso. **TICs na Educação**: multivisões e reflexões coletivas. Educação & Linguagem 17.2 (2014): 215-236.

DO NASCIMENTO, Matheus Carvalho, and Geórgia Regina Rodrigues Gomes. **Teaching continuing training for the use of ICT in the teaching and learning process.** Research, Society and Development 9.2 (2020): 33921998.

SANTOS, Edméa. **Educação online para além da EAD:** um fenômeno da cibercultura. SILVA, Marco et. al (org.). **Educação online**: cenário, formação e questões didático-metodológicos. Rio de Janeiro: wak (2010): 29-48.

SOARES-LEITE, Werlayne Stuart, and Carlos Augusto do Nascimento-Ribeiro. **A inclusão das TICs na educação brasileira**: problemas e desafios. Magis. Revista Internacional de Investigación en Educación 5.10 (2012): 173-187.

MAGRANI, Eduardo. **A internet das coisas**. Editora FGV, 2018.

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES; **homepage**: http://www.mctic.gov.br/mctic/opencms/index.html. Data de acesso: 10/06/20

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO; **homepage**: https://www.gov.br/mec/pt-br. Data de acesso: 10/06/20

OFFICE OF EDUCATIONAL TECHNOLOGY; **homepage**: https://tech.ed.gov/. Data de acesso: 10/06/20

PASSERO, Guilherme, Nélia Elaine Wahlbrink Engster, and Rudimar Luís Scaranto Dazzi. **Uma revisão sobre o uso das TICs na educação da Geração Z.** RENOTE-Revista Novas Tecnologias na Educação 14.2 (2016).

PRODANOV, Cleber Cristiano, and Ernani Cesar de Freitas. **Metodologia do trabalho científico**: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico-2ª Edição. Editora Feevale, 2013.

SARVO, Denilson, and Nathalia Gerotti Franco. **Produção do conhecimento em Políticas Públicas de C&T no Brasil**: um estudo bibliométrico. Revista Sinais 21.1 (2017).

U.S. DEPARTMENT OF EDUCATION, Office of Educational Technology, **Reimagining the Role of Technology in Education:** 2017 National Education Technology Plan Update, Washington, D.C., 2017.

XAVIER, Márcio Câmara, Célia Regina Teixeira, and Bianca Priscila Saveti. **Aplicação das Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) na educação e os desafios do educador.** Dialogia 9.1 (2010): 105-116.